

Resenha

Preconceito Linguístico

(BAGNO, Marcos. 56. ed. São Paulo: Parábola editorial, 2015. 352p.)

Patrícia Cristina Capelett TEIXEIRA¹

O assunto sobre preconceito linguístico está implicitamente em nossas relações sociais, desde situações sociais mais formais até as cotidianas. O livro *Preconceito linguístico* de Maros Bagno aborda esta temática e, neste trabalho, pretendemos verificar as novas pesquisas que foram incorporadas à obra, em específico à 56ª edição. Destacamos que a comunicação entre pessoas de diferentes regiões, níveis de escolaridade e até mesmo *status* social representam concretamente as origens de um preconceito que está além daquilo que se diz, mas, principalmente, de quem diz o que diz. Tal situação não é dialogada entre as esferas de comunicação, mas sim, silenciadas pelas senso de humor representados por atores novelísticos ao interpretar sotaques nordestinos, carioca, ou seja, os mais privilegiados.

Marcos Bagno, nascido em 1961, é professor da Universidade de Brasília e atua no campo da educação linguística. É um profissional influente, realizando diversas conferências internacionais (Uruguai, Argentina, Paraguai, Espanha, Itália, Colômbia, México, Alemanha e Finlândia). Além disso, possui uma vasta publicação de livros, dentre eles podemos citar: *A língua de Eulália: novela sociolinguística*; *Preconceito Linguístico, Português ou Brasileiro? Um convite a pesquisa*, entre outros.

O objetivo de trazer esta obra é divulgar a importante questão em meio interdisciplinar, a fim de que profissionais de diferentes áreas, como a de comunicação em geral, compreendam que preconceito, independente de que natureza for, é uma crença pessoal, uma postura individual diante do outro. Em se tratando do preconceito linguístico, qualquer pessoa pode achar mais bonito, elegante, mais feio ou rude do que outro. No entanto, quando essa postura se transforma em atitudes, ela se torna em discriminação e isso sim tem de ser alvo de denúncia e de combate.

¹ Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/PR). Professora na Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: patriciacapelett@hotmail.com

A obra *Preconceito Linguístico* fora publicada primeiramente em 1999, no entanto, Bagno, em 2015, atualizou a obra com recentes pesquisas e contribuições, os quais deixaram a obra ainda mais interessante para o tema. Com uma abordagem mais teórica e com a presença de mais exemplos, Bagno (2015) organiza seu texto em seis capítulos. Primeiramente ele trata sobre a mitologia da língua portuguesa. No segundo capítulo, ele explica sobre o que chama de círculo vicioso. Na sequência, Bagno (2015) desconstrói o preconceito linguístico. Como quarto capítulo, o professor diferencia linguagem, metalinguagem e epilinguagem. A penúltima parte se refere ao preconceito contra linguistas e a linguística. No último capítulo, Bagno (2015) exemplifica vários casos em que o ensino da língua portuguesa foge dos arcaísmos da norma-padrão.

Na introdução, Bagno (2015) salienta a importância da publicação desta mais nova edição do livro. É atualizado considerando as novas reflexões teórica e prática do autor, devido às contribuições de outros colegas linguistas e educadores e também acrescenta material novo, com discussões bem recentes em torno de alguns temas acerca da linguagem. Ele também agradece àqueles que o elogiaram na primeira obra e defende às críticas realizadas a ele. Para Bagno (2015) críticos perdem o efeito se fazem ataques pessoais deixando explícito o sentimento da intolerância, a maior inimiga da humanidade.

A classificação que o autor faz em relação à realidade sociolinguística é relevante para que educadores e pesquisadores orientem seus discursos e considerem que: norma-padrão; variedades prestigiadas e variedades estigmatizadas são três conjuntos e que norma-padrão não faz parte da língua, se considerada que ela não é autêntica, mas sim de gramáticas normativas que pouco tem contribuído no que diz respeito ao ensino da Língua Portuguesa.

É de bom tom os esclarecimentos de Bagno (2015) sobre política educacional tendo em vista que ele propõe uma visão diferente de ensinamento. Para o autor o ensino da língua desse acontecer em práticas de letramento em que todos tenham acesso às variedades linguísticas de prestígio, pois é de direito, como outros direitos o são. Além disso, ele valida pesquisas quanto à utilização de gêneros textuais discursivos no processo de ensino e aprendizagem.

Assim, lendo o livro de Bagno, vemos que o maior interesse está na proposta de uma reflexão linguística crítica pois a variedade prestigiada não corresponde

integralmente às formas prescritas pelas gramáticas normativas. Para tanto, é imprescindível que toda reflexão seja feita por meio de investigação de fatos linguísticos reais, confrontando pesquisas tradicionais com as mais recentes. Portanto, está claro que a variação linguística, numa visão sociolinguística do autor, é o objetivo do ensino da língua.

O primeiro capítulo apresenta a “mitologia do preconceito linguístico” os quais são numerados em oito exemplos. Bagno (2015) crítica políticas públicas que nada tem elaborado em relação a uma política linguística oficial que discuta direitos linguísticos dos falantes de língua minoritárias que valorize e defenda a diversidade linguística do país.

No mito “o português do Brasil apresenta uma unidade surpreendente” Bagno (2015) critica considerarmos uma única língua, uniforme e homogênea para todo o território brasileiro, negando também a língua de sinais, libras, fato que não havia mencionada em seu primeiro livro. Ele defende que toda e qualquer língua é heterogênea e apresenta variação em todos os níveis estruturais e em todos os seus níveis de uso social. Assim, o autor quer que abandonemos esse mito de “unidade” e que reconheçamos a verdadeira diversidade linguística de nosso país.

Interessante como Bagno (2015) interage com outros estudiosos para firmar sua tese no livro. Vejamos o seguinte trecho,

Antes de empreender qualquer trabalho pedagógico, é necessário reconhecer e conhecer a realidade sócio-linguística do público-alvo, para que se possa partir dela em direção à ampliação do repertório linguístico e da *competência comunicativa* dos aprendizes (p. 34, grifos nossos).

Educadores e pesquisadores da área do ensino e aprendizagem de línguas sabem como é importante o entendimento sobre “competência comunicativa”. Trata-se da capacidade do usuário da língua de produzir e compreender textos adequados à produção de efeitos de sentido desejados em situações específicas e concretas de interação comunicativa (TRAVAGLIA, 2009).

Nesta obra, parece estar mais claro que Bagno (2015) não quer desconsiderar o ensino na norma-padrão, mas que o trabalho didático seja levar os falantes de

variedades a se apoderar também de novos recursos linguísticos, de outras variedades, ou seja, das variedades prestigiadas e da norma-padrão tradicional.

O próximo mito “Brasileiro não sabe português/Só em Portugal se fala bem português” se refere ao sentimento de inferioridade à Portugal. Critica a visão de que se o país não é “puro”, mas sim formado por diversas etnias, logo a língua não poderia ser “pura” também. É certo que português de Portugal e português do Brasil são diferentes, para isso basta ligarmos a televisão que veremos telenovelas representando os sotaques portugueses, sem contar que há inúmeras obras portuguesas que evidenciam essas diferenças. Para destacar esse fato, Bagno (2015) argumenta que o termo português brasileiro é a melhor escolha pois é mais preciso e marca bem a diferença.

É importante que o autor explicou que o que é semelhante com o português de Portugal é o fato que mesmo depois demais de 190 anos de independência política, continuamos seguindo a norma linguística de Portugal. Utilizar o tamanho do país para justificar o número gigante de diferenças linguísticas e importância econômica são ótimos argumentos para comparar Portugal e Brasil. Dessa maneira, não convém pensarmos que Portugal é o “dono” e que nós, brasileiros, utilizamos a língua *deles* ainda de forma “incorreta.

O brasileiro sabe o *seu* português, o português *do Brasil* [...] Nenhum dos dois é mais certo ou mais errado, mais feio ou mais bonito: são apenas *diferentes* um do outro e atendem às necessidades linguísticas das comunidades que os usam, necessidades que também são... diferentes (p. 55, grifos do autor).

O terceiro mito, intitulado “Português é muito difícil” se relaciona com o anterior pois achamos a língua difícil porque temos que decorar conceitos de utilização que não condizem com o português que falamos e escrevemos no Brasil. O autor adverte que quando “nosso ensino de português se concentrar no uso *real, vivo e verdadeiro da língua portuguesa do Brasil* é bem provável que ninguém mais repita essa bobagem” (p. 58, grifos do autor).

Em relação ao primeiro livro, Bagno (2015) não altera seus exemplos e permanece com o argumento de saber uma língua não se reduz em fazer análise sintática ou saber a regência correta de um verbo, que muitas vezes está atrelada aos arcaísmos. O autor ainda repreende essa manutenção de privilegiar o conhecimento da norma-

padrão que é reforçada pela vasta comercialização de manuais que ditam “normas” do bem escrever, corroborando o privilégio das classes sociais que tem mais acesso a esses produtos.

O quarto mito “Pessoas sem instrução falam tudo errado” mostra estar arraigado com o preconceito social tendo em vista que o problema não é o que se fala (pois muitos dos desvios da norma-padrão são justificáveis), mas sim, o nível social de quem fala. Bagno (2015) ainda analisa que, considerando a história de todas as línguas, as formas inicialmente desprestigiadas, condenadas, passam a ser valorizadas quando as camadas dominantes da população se utilizam delas.

O mito número cinco tem o título “O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão”. Acredita-se nisso porque as pessoas que lá vivem flexionam os verbos para o pronome “tu”, situação considerada como arcaísmo por Bagno (2015). No entanto, essas mesmas pessoas cometem “erros” em outras situações. Dessa forma, não existe nenhuma variedade, neste caso regional, melhor do que outra pois cada uma delas atende às necessidades particulares de sua comunidade.

O sexto mito, “O certo é falar assim porque se escreve assim”, se refere à supervalorização da escrita combinada com o descaso com a língua falada. O autor ressalva que isso não significa que não se deva ensinar a escrever de acordo com a ortografia oficial, mas isso não deve justificar a forma diferenciada que as pessoas falam, resultando em preconceito linguístico. Para Bagno (2015), a língua falada é importante para o estudo científico pois é por meio da fala que se analisam as variações, transformando a língua.

Para a explanação deste mito, Bagno (2015) retoma a história da gramática, que é “a arte de escrever”, e afirma que ela se preocupava em manter as formas escritas consideradas elegantes na época. No entanto, essas regras analisadas na modalidade escrita foram cobradas na língua oral, que segundo o autor não faz sentido pois são estilos e adequações diferentes.

O penúltimo mito, “É preciso saber gramática para falar e escrever bem”, demonstra a supervalorização que damos ao aprendizado da gramática, como se sabendo regras demonstrasse domínio da língua. Na verdade, como aponta Bagno (2015), a gramática normativa é decorrência da língua; é dependente e está subordinada à língua e não ao contrário. Para o autor, a gramática normativa estabelece a norma-padrão, a

qual não corresponde aos usos linguísticos reais, podendo ser considerado como uma modelo anacrônico de língua em que fora prescrito em determinada época com valores sociais particulares.

Assim, é preciso que desmistifiquemos que primeiro há a gramática normativa; então, falamos. Não. Falamos, e então existe a gramática normativa para o registro das ocorrências. Na verdade, Bagno (2015) está certíssimo quando utiliza exemplos fáceis para que possamos entender a complexidade de sua obra. O estudioso é corajoso em afirmar “não é para ensinar gramática na escola”, pois para o autor o letramento é fato mais relevante e que para que isso aconteça é necessário muita leitura e escrita de diversos gêneros. É interessante como o professor atualizou seu texto utilizando além de competência linguística, noção de letramento e de gêneros textuais. Isso demonstra maior proximidade com o leitor que se interessa na área.

No último mito, nomeado por “O domínio da norma-padrão é um instrumento de ascensão social deve ser posto abaixo senão professores de língua portuguesa ocupariam o topo da pirâmide social. Bagno (2015) acertou em cheio no exemplo, porém é preciso reconhecer que a pessoa que domina a habilidade de escrever e falar em situações que exijam a norma-padrão são mais bem vistas do que aquela que apresenta sua variedade estigmatizada. Nesse sentido, o autor explica que isso se deve ao fato de que não garantindo o ensinamento da norma-padrão garantirá sua ascensão, pois há a necessidade de bem mais do que isso. Assim, é urgente garantir o “acesso à educação em seu sentido mais amplo, aos bens culturais, à saúde e à habitação, ao transporte de boa qualidade, à vida digna de cidadão que merece todo o respeito” (p. 106).

Vemos que assim como o primeiro livro, Bagno (2015) é político e não deixa de opinar em prol de uma sociedade em que todos tenham os mesmos direitos e acesso à educação de qualidade. Para ele, não há como desvencilhar política e educação pois educadores dever ter claro que não estão contribuindo para o que Bagno (2015) chama de círculo vicioso da injustiça social.

No segundo capítulo, Bagno (2015) discorre sobre o círculo vicioso do preconceito linguístico: gramática tradicional, métodos tradicionais de ensino e livros didáticos. Para o autor, esses elementos contribuem para a supervalorização de uma norma-padrão que nada se relaciona com a língua heterogênea. Bagno (2015) também acrescenta um quarto elemento que são os comandos paragramaticais. Trata-se, da

comercialização de normas do "bem-escrever e falar" consumidas para atingir diversos objetivos, tais como concursos, vestibulares e entre outros.

É válido a abordagem que Bagno (2015) faz em seu texto com exemplos de discursos marginalizados, como os das mulheres e os dos homossexuais a fim de argumentar que tais pessoas são discriminadas e consideradas inferiores às outras. "Infelizmente, ainda existem muitas mulheres que se consideram "inferiores" aos homens; existem negros que acreditam que seu lugar é mesmo de subserviência em relação aos brancos; existem homossexuais convictos de que sofrem uma "doença" que pode, inclusive, ser curada" (p. 115).

Embora seja incipiente em seus livros, é necessário falar sobre o assunto e sugere para que o assunto sobre preconceito linguístico na homossexualidade seja aprofundado por pesquisadores. Na sequência, Bagno (2015) utiliza a mesma lógica do livro anterior para justificar os comandos paragramaticais, para isso ele cita exemplos de obras que, de acordo com o professor, são manifestações preconceituosas em relação ao português brasileiro.

No capítulo seguinte, intitulado "a desconstrução do preconceito linguístico" Bagno (2015) inicialmente critica três aspectos no Brasil: o nível altíssimo de analfabetos, alunos não desenvolvem habilidades linguística por falta de letramento no processo de ensino e o uso da norma-padrão nas escolas. O mais importante para Bagno, (2015) é a mudança de atitude, e para isso, temos que parar de "rePETir" e passar a "reFLEtir" sobre o uso descompensado da norma-padrão como se isso representasse a língua, que "é viva, dinâmica, está em constante movimento" (p. 168).

Então, até esse momento da leitura, entendemos que os "erros" que comentemos, em comparação à norma-padrão não os são, mas sim situações justificáveis as quais demandam estudos para analisar tais casos. Assumimos a posição de que tudo pode? Não, pois para Bagno (2015) o uso da língua depende de adequação e aceitabilidade à situação de comunicação. Assim, se estamos em um contexto formal, temos que nos adaptar de acordo com o que é aceitável no momento de comunicação.

Com a finalidade de orientar os leitores, Bagno (2015) propõe dez cisões, as quais são:

- 1) Compreender que todo falante nativo sabe a língua;
- 2) Aceitar que não existe erro;

- 3) Saber que ortografia é uma decisão política que se altera;
- 4) Considerar que erros são fenômenos linguística e explicáveis;
- 5) Conscientizar-se de que “toda língua muda e varia”;
- 6) Entender que língua muda, evolui e se transforma;
- 7) Respeitar a variedade linguística de todos;
- 8) Defender que a língua está em tudo e nos constitui como seres humanos;
- 9) Acreditar que o professor de língua portuguesa é português de “TUDO”;
- 10) Respeitar o conhecimento intuitivo do aluno que podemos ensinar para o bem;

Dentre as dez cisões, considero que o item nove é um tanto desafiador e difícil de acreditar ser verossímil considerando diversos fatores atuais do ensino brasileiro. Nosso ensino, por mais que diretrizes nacionais sugerem, não consegue ser multidisciplinar a esse ponto para que o professor de Língua Portuguesa possa ensinar “tudo” e ser responsável, nesse sentido, por todas as outras disciplinas. Talvez por ser professora de Língua Portuguesa, não quero que TODA a responsabilidade educacional se direcione a somente um dos profissionais que o aluno tem no decorrer de seu período escolar.

Ensinar Língua Portuguesa é uma missão engajadora, necessitando de várias habilidades em diversas áreas que se inter cruzam; porém, acredito ainda que cada professor tem seu papel e precisa ocupar sua função para que o aluno aprimore quanto mais habilidades linguísticas forem possíveis.

No capítulo número quatro, Bagno (2015) é minucioso quando traz à discussão temas quanto à linguagem, metalinguagem e epilinguagem. Para isso, o autor retoma a origem dos termos para que o leitor possa entender como e o porquê ensinamos de maneira tradicional. É útil mostrar como podemos ensinar a Língua Portuguesa apresentando autores que já estão estudando a temática, abandonando classificações sintáticas isoladas em sala de aula, por exemplo Magda Soares (2008). Para os autores, o ensino da língua deve ser baseada em princípios em que o aluno produza e descubra sentidos. Trata-se de atividades epilinguísticas, as quais são

intuitivas, espontâneas, praticadas o tempo todo por qualquer falante de uma língua quando se detém para refletir sobre o significado das palavras, o sentido que elas adquirem em dada

situação, a intenção de seu interlocutor ao empregar determinados termos e não outros, determinadas formas de argumentar e não outras etc. (p. 214).

Para o leitor que não sabe por onde começar a praticar essa perspectiva de ensinar língua, isto é, para que os alunos possam conhecer e a usar a língua por meio de eficiência comunicativa, os exemplos de atividades epilinguísticas são ótimas; porém, apenas o começo de uma leitura que demanda a consulta de outras obras. Assim, para Bagno (2015), estudar o funcionamento da língua num texto autêntico, depreender sentidos que as expressões linguísticas permitem produzir, refletir sobre as diferenças resultantes da troca de uma expressão por outro é estudar “gramática”.

No quinto capítulo, Bagno (2015) critica vários autores que deturpam o importante papel da linguística e de linguistas. Ele destaca o círculo preconceituoso que começa com o autor Napoleão Mendes de Oliveira, com seus ataques contra a linguística, passa por Pasquale Cipro Neto, que elogia Napoleão, e também segue suas concepções obscuras sobre a ciência da linguagem, e termina com Aldo Rebelo que retoma Napoleão para justificar seus projetos.

Bagno (2015) é áspero afirmando que a Academia Brasileira de Letras não pode ser considerado o “maior centro de cultivo da língua portuguesa no Brasil” tendo em vista que é representada por um número reduzido de quarenta escritores e nem são verdadeiros escritores. Bagno (2015) defende que a língua portuguesa é falada por mais de 200 milhões de falantes e que não precisam de quarenta guardiães.

O último capítulo é o mais importante de todos. Bagno (2015) apresenta uma série de textos coletados entre 2012 e 2014 que vão ao encontro da proposta do autor acerca da língua, preconceito e o papel dos meios de comunicação no Brasil. Para isso, o autor cita questões do ENEM

Acreditamos que quando se mostra como podemos ensinar língua portuguesa, deixando de lado velhas práticas “MATAlinguísticas”, transforma num conhecimento teórico ao prático. Talvez é disso que precisamos: de um caminho, de exemplos que nos auxiliem na prática pedagógica. A partir disso, poderemos contribuir e enriquecer cada vez mais uma abordagem epilinguística proposta por Bagno (2015).

Na sequência o autor debate alguns questionamentos que sempre são feitos norte a sul do país. Ele acha um absurdo ainda perguntarem a ele se há pesquisas sendo feitas

sobre o tema, a fim de guiar e ajudar os professores em sala de aula. Bagno (2015) oferece uma lista de obra que deveriam ser consultadas e lidas nos cursos de Letras e Pedagogia. Ele se assusta ainda com esses tipos de questionamentos e compara o ensino da língua com a outra ciência, como por exemplo a medicina, em que os profissionais se atualizam sobre a área de atuação a cada ano, e isso não é feito no ensino de língua portuguesa porque insistimos em utilizar teorias da década de 80. Bagno (2015) sugere que o próprio no do curso de “Letras” já teria que ser altera faz tempo para “Ciências da linguagem”, ou algo parecido.

Portanto, vemos que o tema é aprofundado, porém, importante ser discutido e lido em diversas áreas onde a linguagem se faz presente. É preciso refletir sobre os modos midiáticos e como estes representam a língua portuguesa. Não precisamos menosprezar nem ter atitudes preconceituosas em relação às formas diferentes de falar, pois, em se tratando de língua, tudo é possível e justificável. Língua é viva e se transforma de acordo com as necessidades dos falantes. Comportamentos preconceituosos devem ser denunciados, seja em qualquer instância.